

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 24 de maio de 2021 às 07h36
Seleção de Notícias

Correiobraziliense.com.br | BR

Propriedade Intelectual

Países pedem à OMC que isente patentes de materiais médicos, além das vacinas 3
AGÊNCIA FRANCE-PRESSE

Folha.com | BR

Patentes

'Fracasso moral', concentração de vacinas em países ricos pode adiar fim da pandemia 5
MUNDO

O Globo Online | BR

Patentes

A postura do Itamaraty e a propagação do vírus 8

Propriedade Intelectual

**62 países pedem à OMC suspensão por 3 anos das patentes de materiais e vacinas usados no
combate à Covid-19 10**
MUNDO

Consultor Jurídico | BR

Pirataria | Biopirataria

O Dia Mundial da Biodiversidade e o Protocolo de Nagoya 11
CONSULTOR JURÍDICO

Países pedem à OMC que isente patentes de materiais médicos, além das vacinas



Mais de 60 países apresentaram uma revisão de seu texto à OMC sobre como conseguir isenções sobre a proteção de **propriedade** intelectual para as vacinas anticovid e outros equipamentos médicos

Genebra, Suíça - Dezenas de países revisaram uma proposta feita à Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre isenção de patentes para equipamentos médicos imprescindíveis para combater a covid, insistindo que devem ser ampliadas para além das vacinas, destacaram as ONGs neste sábado (22).

Mais de 60 países apresentaram uma revisão de seu texto à OMC sobre como conseguir isenções sobre a proteção de **propriedade** intelectual para as vacinas anticovid e outros equipamentos médicos enquanto a pandemia continuar, segundo as ONGs Médicos Sem Fronteiras (MSF) e Knowledge Ecology International (KEI).

A KEI publicou o que afirmou que é o texto revisado, no qual pressiona para que essas isenções sejam ampliadas e duradouras.

Até o momento, a OMC não confirmou a autenticidade do documento.

Este texto aponta que as isenções devem cobrir todos os equipamentos médicos de "prevenção, tratamento

e contenção" necessários para combater a covid.

Além das vacinas, devem incluir os tratamentos, diagnósticos, equipamentos médicos e de proteção, assim como os materiais necessários para fabricá-los, diz o texto.

Também destaca que as isenções deveriam durar "pelo menos três anos" a partir da data de entrada em vigor, período após o qual o Conselho Geral da OMC determinará se devem ser interrompidas ou permanecer.

- "Aumento assustador" -

"Estamos felizes em comprovar que aqueles governos que promovem a proposta de isenções à propriedade intelectual, reafirmam que elas têm como objetivo eliminar as barreiras de monopólio para todos os equipamentos médicos (...) necessários para combater a pandemia" de covid, afirma em um comunicado a diretora de MSF para o sul da Ásia, Leena Manghaney.

"Com um aumento assustador de casos e mortes nos países em desenvolvimento, e com tratamentos potencialmente promissores em progresso, é crucial que os governos contem com toda a flexibilidade à sua disposição para enfrentar a pandemia", acrescentou.

Desde outubro passado, a OMC enfrenta pedidos da Índia e África do Sul para a eliminação temporária dessas proteções à propriedade intelectual desses materiais que, segundo seus defensores, impulsionaria a produção em países em desenvolvimento e superaria a dramática desigualdade no acesso aos bens.

Esta ideia colidiu durante muito tempo com uma forte oposição dos gigantes da indústria farmacêutica e

Continuação: Países pedem à OMC que isente patentes de materiais médicos, além das vacinas

seus países de origem, que alegaram que as patentes não eram o principal obstáculo para aumentar a produção, alertando que esta medida poderia obstruir a inovação.

Esta posição pareceu mudar no início do mês, quando Washington manifestou seu apoio a uma isenção de patentes para as vacinas em nível mundial. Outros países, antes relutantes, expressaram estarem abertos a discutir a questão.

O Parlamento Europeu votou nesta semana por uma pequena margem pedir a Bruxelas para apoiar esta

proposta.

No entanto, os observadores dizem que as ambições de isenções parecem diferir significativamente entre os apoiadores de sempre e os que agora se aproximam desta ideia, que parecem focar concretamente nas vacinas.

Devido ao ritmo da OMC para a tomada de decisões, geralmente lento com acordos que exigem o consenso dos 164 Estados-membros, isso poderia levar tempo.

'Fracasso moral', concentração de vacinas em países ricos pode adiar fim da pandemia

MUNDO

São Paulo

Em dezembro do ano passado, uma britânica então com 90 anos fez história ao receber a dose que inaugurou a vacinação contra a Covid-19 no mundo. Seis meses depois, mais de 1,6 bilhão de doses foram aplicadas. A maioria delas, porém, em braços de habitantes de países ricos.

Com 15% da população mundial, esses países concentram quase metade das vacinas disponíveis. Enquanto um terço de seus habitantes recebeu ao menos uma dose, nas nações pobres a proporção é de apenas 0,2%.

Assim como ocorreu com o acesso a respiradores e máscaras ao longo da pandemia, os países que tinham mais recursos e poder na geopolítica global chegaram primeiro e reservaram para si a maior parte dos imunizantes disponíveis. As primeiras compras foram feitas pelos EUA e pelo Reino Unido em maio de 2020, quando as vacinas ainda estavam em desenvolvimento.

"Isso cria uma reserva de mercado. Os países disputam quem vai sair antes da crise econômica, e os que se posicionaram estrategicamente entraram na frente na fila da vacina, que é fundamental para essa retomada", diz o médico sanitário Ulysses Panisset, da Faculdade de Medicina da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), especialista em cooperação internacional na área da saúde.

Como resultado, os Estados Unidos, por exemplo, têm quantidade suficiente para vacinar três vezes sua população e o Canadá comprou 10 doses por habitante. Enquanto isso, países como Guatemala, Honduras e Mali não imunizaram nem 1% de seus moradores, e seis países africanos nem começaram suas campanhas.

Assine a newsletter aqui

O cenário é o que o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, definiu, na última semana, como "apartheid das vacinas". Adhanom, que também classificou a situação como um "fracasso moral catastrófico", fez um apelo para que os países doem parte de seus excedentes ao Covax Facility, consórcio global criado para distribuir os imunizantes aos países de renda baixa e média.

E não somente por altruísmo. Cientistas alertam que a reserva de doses pode se voltar contra os mais ricos.

Se o vírus continuar circulando descontroladamente, pode sofrer mutações que resultem em variantes mais perigosas, como a B.1.617, que surgiu na Índia. Essas variantes se espalham pelo mundo e podem ser, eventualmente, resistentes às vacinas.

Em suma, o chamado "vacinacionalismo" pode vir a ser contraproducente inclusive para aqueles países com imunização eficiente.

"Só estaremos seguros quando todos estiverem seguros", diz Joan Costa-i-Font, professor de economia da saúde na London School of Economics. "Uma variante pode surgir a qualquer hora. Isso não pode ser uma competição entre ganhadores e perdedores."

Costa-i-Font, que considera a reserva excessiva de vacinas um "autointeresse míope", afirma que esses países "logo vão perceber que, para que suas economias se recuperem, seus vizinhos e parceiros comerciais também precisam ficar livres do vírus."

"Na Europa, isso é uma preocupação muito forte atualmente", diz o médico e advogado sanitário Daniel Dourado, pesquisador da USP e da Universidade

Continuação: 'Fracasso moral', concentração de vacinas em países ricos pode adiar fim da pandemia

de Paris. "Na França, por exemplo, há muito intercâmbio com países da África francófona. Deixar o vírus circulando nos países pobres pode derrubar a estratégia de vacinação de todo mundo", afirma.

Para Dourado, o abismo entre os países no acesso à imunização já era esperado. "A lógica da vacina é a lógica de mercado. Os países centrais têm mais recursos e capacidade de produção, e os periféricos dependem de doações."

Ele faz uma analogia com a fome no planeta. "Tem comida suficiente para todo mundo, mas continua havendo fome. Da mesma forma, em breve teremos vacinas suficientes para imunizar o mundo inteiro, mas não significa que vão ser bem distribuídas."

Até o fim de 2021, estima-se que a indústria farmacêutica consiga produzir 11 bilhões de doses, o suficiente para a população adulta mundial, diz um documento divulgado na última quarta-feira (19) por associações profissionais do setor na Europa e nos EUA.

Com a meta de distribuir 2 bilhões de doses ao longo de 2021, o Covax Facility só conseguiu entregar 70 milhões até agora, 100 milhões a menos do que o previsto.

O recente agravamento da pandemia na Índia, de onde viria mais da metade das doses para o consórcio, atrasou o cronograma. Em março, o Instituto Serum, maior fábrica de vacinas do mundo, suspendeu as exportações para atender à demanda interna. Com isso, o déficit de doses para o Covax deve chegar a 190 milhões até o fim de junho.

Questionada pela Folha, a Aliança de Vacinas Gavi, que está à frente do Covax junto com a OMS, afirmou que mantém a meta inicial e busca atendê-la diversificando o portfólio de vacinas por meio de acordos com mais sete fabricantes. A iniciativa tenta conseguir mais doações de entidades filantrópicas e governos e precisa de ao menos US\$ 1,6 bilhão até ju-

nho.

Segundo um estudo financiado pelo Unicef, o Covax ganharia 153 milhões de doses se os países do G7 e da União Europeia doassem 20% de suas reservas de junho, julho e agosto, sem prejuízo à imunização de suas populações. Só o excedente do Reino Unido poderia vacinar 50 milhões de pessoas em países pobres.

O presidente Joe Biden tenta ganhar espaço na diplomacia da vacina, hoje comandada pela China, que já exportou 35% de sua produção e tem feito doações especialmente para países africanos.

Alguns prefeitos de cidades americanas, porém, optaram por usar seu excedente para aquecer a retomada do turismo. Miami está vacinando visitantes no aeroporto, e Nova York anunciou a imunização de viajantes em atrações icônicas como o Central Park.

É o chamado turismo da vacina, que tem sido um chamariz inclusive para brasileiros, mesmo com a exigência de que façam quarentena de 14 dias em outro país antes de entrar em território americano.

Para Daniel Dourado, é uma prática que sozinha não desequilibra o sistema, mas acaba reforçando a desigualdade. "Do ponto de vista individual, de quem viaja, pode até haver um dilema moral, mas não vejo problema ético. A discussão maior é em relação aos governos que promovem isso, reforçando a lógica de ter vacina para quem tem mais dinheiro, e não para quem mais precisa."

Além da doação de doses, outras soluções são discutidas para reduzir a desigualdade no acesso às vacinas. Uma delas é a suspensão das patentes desses produtos enquanto durar a pandemia, proposta na Organização Mundial do Comércio por Índia e África do Sul e apoiada por mais de 110 países, incluindo os EUA.

Os críticos à medida dizem que ela acabaria com o in-

Continuação: 'Fracasso moral', concentração de vacinas em países ricos pode adiar fim da pandemia

centivo à inovação pelas farmacêuticas, geraria uma queda na produção e não resolveria o problema, já que os imunizantes são de alta complexidade, e poucos países conseguiriam fabricá-los apenas com a "receita" em mãos.

Mas há quem defenda que a quebra das **patentes**, especialmente das vacinas de tecnologia mais simples, pode ser útil em médio prazo até porque existe a possibilidade de que a imunização contra Covid-19 tenha que ser recorrente.

"Precisamos de uma combinação de ações. A doação

é o que vai resolver agora, mas a **quebra** de patentes e a **transferência** de tecnologia também são fundamentais", diz Ulysses Panisset, da UFMG.

Para ele, falta também mais investimento em novos imunizantes, inclusive no Brasil. "O Brasil é um dos poucos países com um parque de produção de vacinas e tinha condições de ter investido mais. Teríamos que ter sido mais estratégicos nos primeiros momentos [da pandemia]."

A postura do Itamaraty e a propagação do vírus

Países mais ricos imunizam mais | Editoria de Arte

Miguel Lago*

O depoimento do ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo explicitou o quanto a política externa deste governo dificultou a aquisição de insumos fundamentais para tratarmos a crise sanitária em nosso país. Foi deixado de lado, no entanto, o impacto dessa mesma política externa na propagação do vírus em escala global.

O conceito de saúde global enfatiza o princípio da interdependência da saúde da população do planeta. As fronteiras nacionais não detêm, por exemplo, a circulação de doenças transmissíveis. Nenhum país sozinho é capaz de endereçar todos os desafios de saúde que o afetam. Um exemplo emblemático e muito estudado ocorreu em 2003, quando três governos estaduais na Nigéria suspenderam a vacinação contra a poliomielite por razões políticas. A consequência foi um surto global de pólio que afetou 20 países e foi responsável por 80% dos casos de pólio no mundo naquele ano.

No contexto de uma pandemia global isso fica ainda mais claro. Um país como o Peru, que foi o primeiro no continente a declarar um lockdown nacional ainda em março de 2020, é hoje assolado pela P1, variante de Manaus, consequência da falta de responsabilidade com a qual seu vizinho lidou com a pandemia. Hoje, 40% dos casos em Lima são da variante brasileira.

A pandemia também iluminou a tremenda iniquidade existente na saúde global. O acesso à saúde tem se dado mediante à capacidade de pagamento dos países. A corrida por produtos estratégicos de saúde (respiradores, EPIs, vacinas) levou os países desenvolvidos a acumular mais do que precisavam, deixando desprovidos os países em desenvolvimento.

A diplomacia da saúde em instâncias multilaterais

ONU, OMS e OMC é o instrumento para mitigar um pouco esses desequilíbrios. De concreto, surgiram duas propostas nessa direção. A criação do mecanismo Covax que prevê uma distribuição de vacinas para evitar que nenhum país fique sem vacinar e a quebra temporária de **patentes** para insumos relacionados à pandemia. Cabe ressaltar que nenhuma delas é a bala de prata. O Covax estima garantir doses para que todos os países do mundo tenham pelo menos 20% da população vacinada. É um avanço, porém insuficiente. No que tange à **quebra** de patentes, não há consenso na comunidade científica, e destacados cientistas têm ponderado que a medida traz consigo desafios de controle de qualidade e **transferência** de tecnologia. Não obstante, elas compõem iniciativas importantes para compensar os enormes desequilíbrios da saúde global.

Mudança tímida

O Itamaraty se posicionou contrariamente a ambas iniciativas, assim como tem se posicionado de maneira conflituosa junto à Organização Mundial de Saúde. O Brasil sequer foi capaz de aderir a uma resolução da ONU contra a propagação de fake news sobre a vacina. Somos o único país em desenvolvimento que vota contra os interesses dos demais países em desenvolvimento, contribuindo para que se amplifique as desigualdades na saúde global.

Nosso posicionamento tem mudado timidamente desde que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, mostrou-se favorável à discussão de **quebra** de patentes. Ele mostra compreender a lógica da saúde global: enquanto todos os países não estiverem imunizados, sua população tampouco o estará de maneira sustentável.

Ernesto Araújo foi embora, mas a política externa mudou pouco. O Itamaraty já foi motivo de orgulho para o país, inclusive nesse tema. O Brasil era visto como uma liderança na busca por maior equidade na saúde global. Essa política de estado construída ao

Continuação: A postura do Itamaraty e a propagação do vírus

longo de décadas por gerações de servidores públicos foi suplantada por uma política de governo oriunda da convicção ideológica extremista de alguns embaixadores.

É necessário, portanto, que nossos senadores cessem de atribuir problemas apenas às pessoas e comecem a responsabilizar seriamente as instituições. É necessário avaliar o papel desempenhado pelo Itamaraty no aprofundamento de nossa crise sanitária e na contribuição para a propagação do vírus em nível

global.

(*) Miguel Lago é diretor executivo do IEPS e professor adjunto da Universidade de Columbia (EUA). A Hora da Ciência na CPI é uma parceria entre o IEPS e O GLOBO com uma análise semanal dos debates na comissão à luz da ciência.

TAGS:

62 países pedem à OMC suspensão por 3 anos das patentes de materiais e vacinas usados no combate à Covid-19

MUNDO

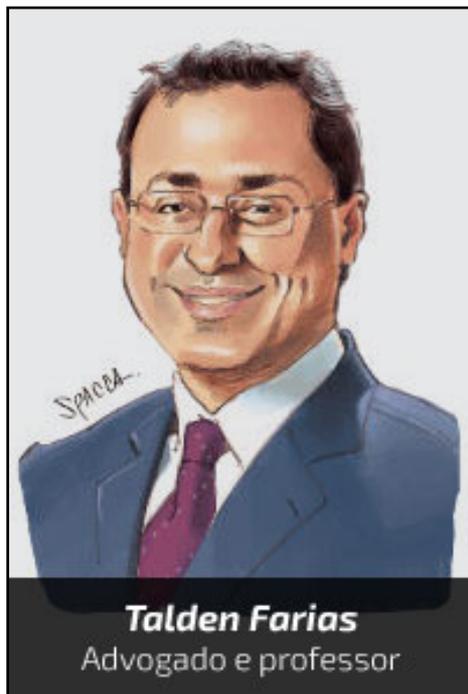
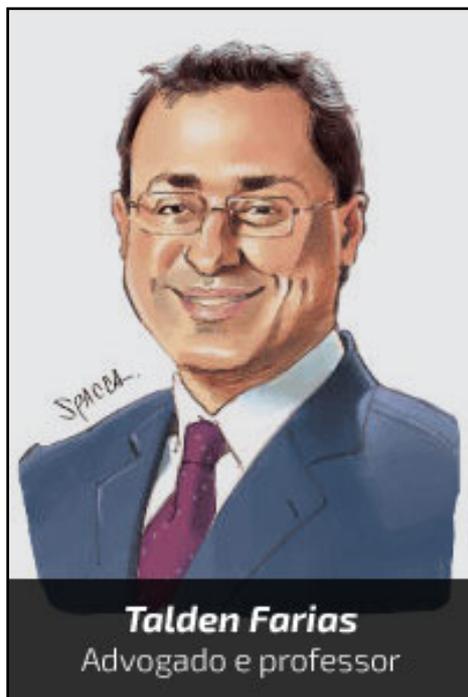
Encabeçados pela Índia e pela África do Sul, os governos de 62 países, majoritariamente pobres e de renda média-baixa, revisaram na sexta-feira sua proposta feita à Organização Mundial do Comércio (OMC) para a de todos os "produtos e tecnologias da saúde" imprescindíveis no combate à Covid-19.

A novidade principal é que o sugere um prazo de "pelo menos três anos" para a suspensão da **propriedade** intelectual de "vacinas, tratamentos, diagnósticos e dispositivos médicos, equipamentos de proteção,

materiais, componentes e métodos de fabricação necessários para a prevenção, o tratamento ou a contenção" da pandemia.

A mudança é uma resposta a críticas de que o projeto apresentado pelos indianos e sul-africanos em setembro do ano passado, que não previa uma data de expiração para a suspensão das patentes, fosse "muito vago". Ao fim dos três anos, a nova proposta prevê que o Conselho Geral da OMC se reúna para discutir a revogação ou a prorrogação da medida.

O Dia Mundial da Biodiversidade e o Protocolo de Nagoya



Por Leila Nascimento e Talden Farias

Neste sábado (22/5) se comemora o Dia Mundial da Biodiversidade, conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A escolha da data é uma referência à aprovação do texto final da Convenção da **Diversidade** Biológica (CDB), ocorrida em 1992 na Rio-92, que foi a segunda conferência da ONU sobre meio ambiente.

A biodiversidade, ou **diversidade** biológica, é a terminologia usada para designar a variedade de vida no planeta, bem como a complexidade das relações que envolvem essas vidas. O artigo 2º da Convenção Internacional sobre **Diversidade** Biológica, que foi promulgado pelo Decreto Federal nº 2.519/98, determina que **diversidade** biológica "significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas".

Mais do que uma data de comemoração, cuida-se de uma oportunidade de luta e de reflexão política acerca do que tem sido feito e do que pode ser feito em prol do tema. A crise da biodiversidade consiste na perda de variedades nativas e na fragmentação das reservas de material genético, o que é causado pelo desmatamento, pelas mudanças climáticas, pela introdução de espécies invasoras, pela poluição, pela superexploração de recursos naturais etc.

A ONU criou em 2004 um grupo de trabalho para a discussão acerca do tema, o que culminou na proposta de um acordo internacional sobre o acesso a **recursos** genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização. Esse trabalho resultaria no Protocolo de Nagoya, o qual passou a ser assinado por diversos países após a conferência

Continuação: O Dia Mundial da Biodiversidade e o Protocolo de Nagoya

realizada em 2010, no Japão, não obstante ter entrado em vigor apenas em 2014, após atingir o número de ratificações necessárias.

O intuito é fazer com que os países mais desenvolvidos compensem os países em desenvolvimento pela conservação da biodiversidade ao fazerem uso de **recursos** genéticos oriundos do território destes. Cumpre lembrar que uma das metas da 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre **Diversidade** Biológica (COP-10) foi a repartição justa e equitativa entre os membros dos benefícios decorrentes do uso dos **recursos** genéticos provenientes das plantas, animais e micro-organismos.

O Protocolo de Nagoya e a ética inter e intrageracional

O Protocolo de Nagoya estabelece a necessidade de equidade no que diz respeito ao proveito e à remuneração sobre o uso de **recursos** genéticos entre os países. Verifica-se através desse protocolo a segurança jurídica nas relações internacionais que dizem respeito à biodiversidade. Isso ocorrerá pela previsibilidade da exploração e do retorno que essa pode trazer tanto ao país que explora o recurso, como para aquele explorado. O intuito é distribuir com justiça e equitativamente, entre os países, os **recursos** genéticos advindos da riqueza de biodiversidade existente em um local.

O homem assume certos riscos da exploração de recursos naturais, especialmente genéticos. Exemplo: a retirada de um ser na natureza, uma espécie aquática pode representar um perigo, a extinção daquela espécie. É a proteção jurídica internacional dos danos que podem advir da exploração genética da biodiversidade que é tratada no documento. Esse prevê guarita a situações futuras, inclusive transfronteiriças, e de incerteza científica. O protocolo de Nagoya torna-se, assim, uma referência de possível aplicação tanto do princípio da prevenção como do princípio da precaução ou incerteza científica.

Observa-se a precaução e a prevenção entre os países através do incentivo à pesquisa científica, ao uso sustentável dos **recursos** genéticos e o estabelecimento de regras para sua ocorrência. Assim, a pesquisa ética, internacional, que é importante para o desenvolvimento mundial, continua, com parâmetros de interferência científica, **transferência** de tecnologia, exploração de recursos advindos da natureza para esse fim, e com previsão de aproveitamento econômico, repartição de renda e de preservação. Isso atende a uma lógica distributiva, fazendo com que as nações mais desenvolvidas contribuam para a promoção da proteção do meio ambiente, para a eficiência econômica e para a justiça social, partindo de um critério evidente de sustentabilidade.

Argumentando, tem-se que considerar que o Protocolo de Nagoya protege ainda o patrimônio tradicional. Sim, as comunidades que vivem em torno dos recursos naturais (a exemplo da Amazônia indígena) têm vasto conhecimento desses. Assim, os países signatários de Nagoya são obrigados a garantir o bom relacionamento com essas comunidades de forma a preservar o seu modo de vida, da melhor forma possível. Prevê ainda a clareza nas relações bem como a necessidade do desenvolvimento sustentável em prol do ser humano, não só como seu habitat natural, mas como a ideia de algo que propicia o seu conforto.

A equidade estabelecida pelo protocolo segue os parâmetros da solidariedade intergeracional e intrageracional, uma vez que é preservado o patrimônio genético atual, feita sua exploração com critérios de razoabilidade, racionalidade e proporcionalidade, a fim de preservá-lo ou de garantir o desenvolvimento justo às gerações futuras, bem como transferir dinheiro e conhecimento dos países ricos para os países em desenvolvimento.

O Brasil e a adoção do Protocolo da biodiversidade recomendado pela ONU

Continuação: O Dia Mundial da Biodiversidade e o Protocolo de Nagoya

No Brasil, especialmente considerando a necessidade de proteção à Amazônia Legal, dada a sua biodiversidade, bem como aos demais biomas, tem-se a adoção do Protocolo de Nagoya apenas com a promulgação do Decreto Legislativo nº 136/2020, embora somente agora, em março de 2021, o Brasil tenha ratificado o documento, passando a ser oficialmente signatário da convenção. Segundo o presidente da Academia Brasileira de Ciências [1], a iniciativa do protocolo e sua adoção vêm pela "necessidade de conhecimento do vasto conjunto de informações genéticas dos organismos vegetais e animais, grande parte ainda desconhecida pelo ser humano. A mesma espécie, por habitar ambientes com características individuais e específicas, preserva informações genéticas completamente diferentes nos seus genomas".

O chamado Grupo dos Países Megadiversos, formado por países como África do Sul, Brasil, China, Colômbia e Índia, reivindicava um mecanismo capaz de dar concretude ao regime acesso e repartição de benefícios (ARB em inglês: access and benefit-sharing). Esse é exatamente o papel do protocolo, que possibilita que se explore recursos naturais genéticos, que se evite o tráfico de patrimônio genético, e que, sobretudo, se respeite a biodiversidade nesses países, bem como a forma de vida das populações tradicionais, como os índios, que em muitos casos foram extirpados do seu estilo de vida e, conseqüentemente, do seu patrimônio natural. Não são tantos os índios que preservam atualmente seu modo de vida tradicional, com conhecimento vasto

acerca das plantas, dos animais e do seu poder curativo ou nutricional, por exemplo

Em outras palavras, esses povos tradicionais precisam garantir a sua subsistência, não podem sobreviver à margem da sociedade. Todavia, ocorre que os conhecimentos deles acerca dos recursos ambientais, podem resignificar, por exemplo, a medicina, os meios curativos, sendo essenciais para o bem-estar da humanidade. Assim, a Amazônia, como território brasileiro, inclui a proteção dos indígenas como seres que ali habitam. Mas o respeito a esses homens e seu estilo de vida não pode significar a não exploração econômica da floresta, sobretudo para fins medicinais.

Há de se avaliar a melhor forma de exploração da floresta, sobretudo para fins curativos que a justifiquem, aliar interesses econômicos (medicinais, farmacêuticos e alimentares), sociais e de preservação do meio ambiente. Conclui-se que muito tem que ser feito em termos de efetividade de protocolos e educação ambiental acerca da biodiversidade. A data comemorativa dessa serve à reflexão ao encontro de diferentes povos em prol de um interesse comum. Respeito à vida, ao Planeta Terra, aos recursos florestais, aos aquáticos, aos terrestres e conhecimentos tradicionais e animais nela existentes. A proteção ambiental faz-se necessária e Nagoya pode possibilitar o encontro, a sinergia entre exploração de recursos e a convivência pacífica com a sua exploração.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 10

Inovação
5, 8

Patentes
5, 8

Pirataria | Biopirataria
11